

EDITORA HUMANITAS

Presidente

Mario Miguel González

Vice-Presidente

Marco Aurélio Werle

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Antonio Dimas

Beatriz Perrone-Moisés

Beth Brait

José Jeremias de Oliveira Filho

Sueli Angelo Furlan

Valéria de Marco

Vera Lúcia Amaral Ferlini

Suplentes

Gildo Marçal Brandão

Margarida Maria Taddoni Petter

Maria Luíza Tucci Carneiro

Oswaldo Humberto Leonardi Ceschin

Vera da Silva Telles

Véronique Dahlet

**PROJETOS PARALELOS – NURC/SP
(Núcleo USP)**

Maria Helena de Moura Neves – Diana Luz Pessoa de Barros
Marli Quadros Leite – Hudinilson Urbano – Leonor Lopes Fávero –
Luiz Antônio da Silva – Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira Andrade
– José Gaston Hilgert – Paulo de Tarso Galembeck – Wilma Terezinha
Liberato Gerab – Jahilda Lourenço de Almeida – Dino Preti

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Sandra Margarida Nitrini

Vice-Diretor

Modesto Florenzano

PROJETO DE ESTUDO DA NORMA LINGÜÍSTICA
URBANA CULTA DE SÃO PAULO
(PROJETO NURC/SP - NÚCLEO USP)

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra
por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por
processo xerográfico, sem permissão expressa do
editor (Lei n. 9.610, de 19.02.98).

COMISSÃO EDITORIAL
Projeto NURC/SP – Núcleo USP FFLCH/USP
Área de Filologia e Língua Portuguesa
Cidade Universitária – Sala 4 – Letras
Caixa Postal 2530 – CEP 1060-970
São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 3091-4864
e-mail: nurc@edu.usp.br

HUMANITAS
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editorahumanitas@usp.br
<http://www.editorahumanitas.com.br>

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (Lei n. 1.825, de 20/12/1907)
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Agosto 2009

ORALIDADE EM TEXTOS ESCRITOS

Dino Preti (Org.)

HUMANITAS
2009

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh ::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da enunciação; desvio temático	----	...a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D².

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	A. na [casa da sua irmã B. [sexta-feira? A. fizeram [lá... B. [cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... "O cinema fa- lado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós"...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.).
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por está: *tá?* você está brava?).
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...(alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois-pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

NEVES, Maria Helena Moura de (2000). *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP.

PRETI, Dino.(2004). Análise da “conversação literária” num texto de Graciliano

12. ENTRE O ORAL E O ESCRITO: A TRANSCRIÇÃO DE GRAVAÇÕES

Dino Preti

Considerações iniciais

Quem faz pesquisa de língua oral se defronta, após colher o seu *corpus*, com o problema da transcrição do material colhido. Realizar o trabalho somente como texto gravado não é uma estratégia que se revele eficaz. O ideal será utilizar uma transcrição de base ortográfica que, com toda a precariedade que possa apresentar, é mais oportuna, a não ser que se tenha em mente fazer uma análise de ordem fonética/fonológica, quando então a transcrição fonética se impõe como única forma para a análise. Mas em todas as outras áreas de pesquisa, morfossintática, léxica, discursiva, será melhor começar o trabalho pela transcrição ortográfica, usando o texto oral sempre como um material de controle.¹

A experiência do Projeto NURC/SP mostrou que as tentativas de trabalhar apenas com o texto gravado, como o fizeram algumas cidades, manifestou-se contraproducente e, afinal, todas as capitais ligadas ao Projeto partiram para a discussão de um método de transcrição que se apresentasse como uma primeira compreensão e análise do material gravado e, também, favorecesse a possibilidade de uma publicação do material.

¹ Utilizamos neste artigo a palavra texto no seu sentido mais amplo e geral, que inclui também o texto oral.

Este texto objetiva mostrar como se realizaram as discussões de um método de transcrição para as fitas gravadas pelo Projeto NURC em São Paulo e quais as soluções encontradas pelos pesquisadores para resolver os grandes problemas surgidos.

Os trabalhos se realizaram durante um semestre, com encontros semanais, e detectaram impasses quase intransponíveis que foram resolvidos precariamente, uma vez que nenhuma forma ideal foi encontrada para a transcrição perfeita da língua oral, como, aliás, já se supunha, de início:

Não existe a *melhor* transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. De modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem a sobrecarga de símbolos complicados. (Marcuschi, 1986: 9)

1. Transcrição: os muitos problemas

Como afirmamos, ouvir uma gravação e reproduzi-la graficamente já representa em si uma primeira análise do texto:

Trata-se de uma atividade que atinge de modo bastante acentuado a fala original e pode ir de um patamar elementar até uma interferência muito grande. Não existe uma fórmula ideal para a transcrição 'neutra' ou pura, pois toda transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita" (Marcuschi, 2001: 53)

Assim, a maneira como compreendemos o texto oral já é uma operação inicial que precede a de transcrição. Por isso o mesmo autor, baseado em estudo de Rey-Debove (1996), afirma que "é necessário considerar que há uma atividade onipresente na atividade de transcrição, que é a compreensão. Sempre transcrevemos uma dada compreensão que temos do texto oral." (id. p.51)

Uma primeira questão seria a de saber-se qual a audição que poderia ser considerada perfeita para um texto oral, pois as diferenças de audição se manifestam mais comumente do que se imagina. Quando se trata de um diálogo (representado no Projeto pela sigla D2, isto é, diálogo entre dois informantes), se as vozes não forem bem diferentes (por exemplo, homem/mulher), é possível atribuir uma fala de um locutor a outro. No Projeto NURC/SP, uma gravação foi ouvida, algumas vezes, por três pesquisadores diferentes e, depois, os resultados foram comparados. Ainda assim, muitas falas ficaram indicadas como supostas com o sinal de interrogação entre parênteses (?) ou incompreensíveis com o espaço em branco entre parênteses (). Outras vezes, muito tempo depois de transcritas e até publicadas, vieram a se confirmar determinadas hipóteses indicadas pelos transcritores.²

Na transcrição, procuraram os pesquisadores do NURC/SP manter os fenômenos pragmáticos que ocorrem em maior quantidade na fala do que na escrita. Se resolvessem ignorá-los, a transcrição estaria reduzindo-se ao nível das regras ortográficas, perdendo-se a indicação de pausa, hesitação, silabação, prolongamentos de vogais e consoantes, truncamento e cortes de palavras, ênfase. Mas, por outro lado, foi necessário reduzir sinais típicos da escrita, como maiúsculas em início de frase (elas se manteriam como recurso para indicação de entonação enfática), parágrafos, vírgula, ponto-e-vírgula, ponto de exclamação.

Além dessa decisão, abandonou-se a tentativa de transcrição da maioria dos elementos prosódicos (variações de altura, ritmo da frase) que exigiriam um número grande de sinais. Optou-se pela indicação genérica das pausas pelas reticências, independente de sua duração precisa, dada a dificuldade em cronometrá-las, pois a

² Alguns inquéritos cujo tema eram históricos ou sociais ofereciam, às vezes, dificuldades de identificação de certas palavras. Com o correr do tempo e com o uso dos textos, essas dificuldades foram resolvidas, não raro depois da publicação das transcrições.

divisão longa/média/breve afigurou-se impraticável pela subjetividade em que se incorreria. No caso das paradas longas – acima de 5 segundos – decidiu-se pela indicação de “pausa longa”, dentro dos sinais usados para os comentários descritivos do transcritor, isto é, parênteses duplos: (()).

O trabalho de transcrição iniciou-se, no NURC/SP, em fins da década de 70 do século passado, quando, ainda, não se divulgara entre nós o uso do computador. Todo o texto transcrito, depois de conferido pelo menos por um segundo transcritor, era datilografado também por um membro do Projeto ou, às vezes, o próprio transcritor. Esse trabalho, em seguida, passava por um processo de revisão por outro pesquisador que ouvia novamente a gravação, acompanhando-a com o texto datilografado.

Observe-se, então, que o texto final, destinado à publicação, foi resultado de um trabalho consciente e árduo, para se chegar a um resultado confiável.

2. A transcrição: outros problemas

O ato de transcrição, conforme acentua Marcuschi, “não é algo simples, nem natural. Trata-se de uma atividade que atinge de modo bastante acentuado a fala original e pode ir de um patamar elementar até uma interferência muito grande.” A esse respeito, até questões éticas podem estar envolvidas no processo,

já que a transcrição pode reproduzir preconceitos na medida em que discrimina os falantes, deixando, para uns, evidências socioletais em marcas gráficas, anulando essas evidências para outros. Veja-se que em geral os transcritores

³ Dezoito horas e meia de gravações foram publicadas na coleção A Linguagem falada culta na cidade de São Paulo, em 4 volumes, nos anos de 1987/88: 1º v. Elocuções formais; 2º Diálogos entre dois informantes; 3, Entrevistas; além de um 4º Estudos.

dão para a fala dos entrevistadores um *status* diferente do que para os informantes, no caso de pesquisas linguísticas. Esta distinção faz supor que o entrevistador tem uma “fala culta” ao passo que seu informante, não. (id. p. 53)

Desnecessário seria dizer que o transcritor, mormente em textos destinados a pesquisas da língua, deve ter uma formação linguística que não o leve a avaliar os níveis de linguagem e os registros, tomando como parâmetro a norma culta. Essa posição deve ser a mesma na transcrição e na análise do texto.

A transcrição quando se destina à análise linguística, como é o caso das gravações do Projeto NURC, pode ser entendida como uma transcodificação, em que passamos de um código sonoro para um código escrito criado de acordo com nosso objetivo de análise, pretendendo manter a maior fidelidade possível ao texto sonoro original. E, para isso, não raro, fugimos das leis ortográficas vigentes.

A possibilidade de uma transcrição rigorosamente dentro das normas ortográficas poderia eliminar algumas características típicas da fala, como alongamentos; hesitações; variações fonéticas de acordo com o tipo de falante, distintas da sua representação usual na ortografia (por exemplo, *falá/falar*; *leiti/leite*; *falano/falando*; *certu/certo* etc.); silabação; entonação enfática; pausas etc. Aliás, como se reconhece “entre pronúncia e grafia não existe correspondência direta, já que o sistema de escrita raramente é fonético em alguma língua natural.” (id. p. 51) As regras de pontuação na língua escrita, por exemplo, atendem a princípios da lógica e, por isso, não se pode permitir vírgula (representando pausas) entre elementos fundamentais da frase, como entre sujeito e predicado verbal ou entre o verbo e seu complemento. No entanto essas pausas ocorrem frequentemente na língua oral.

Por outro lado, a possibilidade de uma transcrição baseada exclusivamente na fonética poderia tornar o texto ilegível ou, pelo menos, difícil ou desagradável de ler, levando-se em conta que temos uma imagem da palavra, influenciada pela ortografia vigente.

Oralidade em textos escritos

E problemas maiores estariam também na ligação entre as palavras, comum na fala, diferentemente de como a representamos na escrita.

Assim, pretenderam os pesquisadores do NURC/SP criar um sistema de transcrição que atendesse a essas necessidades, mas que não se afastasse em demasia das leis ortográficas, de modo a permitir que o *corpus* pudesse servir também a outros tipos de pesquisa (e, de fato, tem servido), como as de História e Sociologia, por exemplo, dada a variedade de temas abordados pelos inquiridos.

Na transcrição de diálogos, um das maiores dificuldades foi a superposição de vozes ou falas simultâneas.⁴ Embora a situação de comunicação que envolve o diálogo entre dois informantes do NURC/SP raramente chegue a apresentar uma verdadeira luta pela prioridade da palavra, pois o objetivos de estudo linguístico dos textos era conhecido pelos interlocutores o que, portanto, resultava, não raro, numa interação mais cautelosa, há ocorrência de superposições, principalmente em início de frase.⁵ Ora, teoricamente, isso configura uma pane na comunicação, pois conforme a conhecida regra da conversação, cada um fala na sua vez. Seria impossível compreender duas vozes que falam ao mesmo tempo, como também, na transcrição seria impossível uma leitura única dos textos superpostos. Depois de uma audição muito cuidadosa e repetida, prestando atenção ora numa voz, ora noutra, quando se chegou a uma compreensão, foi necessário indicá-las com uma chave, exigindo, portanto, também, uma leitura em dois momentos distintos:

⁴ A propósito do problema da superposição de vozes, leia-se o estudo "Sobreposição de vozes numa perspectiva psicocultural e interacional", de Preti e Urbano, 1990, 99-137.

⁵ Consulte-se, com referência aos laços frouxos da interação nos diálogos do NURC/SP, os artigos de Barros 2005 e 2008.

L2 aí que ele começa a ficar bem

[

L1 se estrepa todo

L2 mesmo porque aí que vai procurar ajuda né?

[

L1 aí... ele vai procurar terapia né?

(Inq. NURC/SP, 343 - D2)

Conforme esclarecemos por ocasião da publicação dos textos,

indicamos com o sinal de chave ([]) apenas o início da superposição. Não assinalamos, por questão de economia de trabalho, onde ela termina, porque isso agravaria ainda mais os problemas gráficos para a impressão (...) Cremos, todavia, que aqueles pesquisadores interessados em temas ligados a este fenômeno da conversação (como o dos turnos, por exemplo) poderão, ouvindo as fitas, requintar as transcrições, com vistas a seus objetivos, indicando com outra chave também o fim das superposições. (Preti, 1987: 8)

A metodologia do Projeto NURC, a princípio, incluía um rigoroso controle sobre os temas desenvolvidos pelos inquiridos. Assim, o "Proyecto de Estudio Del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamérica", de autoria do linguista mexicano Juan M. Lope Blanch, previa uma lista de temas, sobre os quais foram feitos centenas de quesitos e probabilidades de ocorrência que compunham o *Guia Questionário*. Parte dele foi traduzido e aplicado no Brasil, inclusive no que se refere aos assuntos que deveriam ser tratados obrigatoriamente pelos entrevistados, conforme lhes fosse indicado pelos entrevistadores.⁶ Durante as gravações, os

⁶ Compunham a lista de temas: o vestuário; a casa, a família; a vida social; a cidade; os transportes e viagens; os meios de comunicação e difusão (o cinema, a televisão, o rádio, o teatro); o comércio exterior e a política nacional; os sindicatos e cooperati-

Oralidade em textos escritos

documentadores monitoravam os locutores, no sentido de que ele não se afastassem do tema em pauta.

No Projeto brasileiro, com o correr das gravações, notou-se que essa limitação também influenciava na naturalidade dos locutores, de sorte que se decidiu aceitar a mudança de assunto.

Mas, por vezes, observa-se nas gravações que o locutor se afasta momentaneamente do que estava falando, fazendo observações de natureza diversa (sobre o processo de gravação, sobre a linguagem etc.), que foram indicadas na transcrição como desvios temáticos ou comentários que quebravam a sequência temática. Essa ocorrência são frequentes, por exemplo, nas elocuições formais, gravações de aulas, palestras em que o locutor deixa momentaneamente o caráter sério da exposição e faz um comentário com a audiência:

Locutor: (...) quais as razões que faz... que fazem com que... ah...
- estou meio preocupado com o gravador ((risos))-
éh... faz fazem... éh::: ah quais as razões que levam as
as pessoas a... demandarem moeda...(Inq.NURC/
SP 388 - EF)

Esses desvios, porém, podem ocorrer, também, nos diálogos, como os comentários dos falantes a propósito do andamento da gravação:

Locutor 2: (...) por exemplo se eu for comparar com...
Locutor 1: - você viu se está gravando direito aí? -
Documentador: está eu já deixo no automático...
Locutor 1:- ah o automático não indica velo/... -
(Inq. NURC/SP 343 - D2)

vas; as profissões e os ofícios; o dinheiros e as finanças; as instituições (o ensino, a Igreja); a meteorologia e o tempo cronológico; a terra, os vegetais e a agricultura); os animais.

A sequência de dois hifens no começo e no fim do comentário (— —) foram os sinais escolhidos para passar essa informação, sendo de notar-se, entretanto que tal transcrição é precária, pois não indica a mudança do ritmo de voz que acompanha, em geral, tais interferências. No caso dos exemplos acima, uma aula e um diálogo, como a mudança se referia a um problema ligado à situação, foi fácil ao transcritor decidir sobre a mudança de assunto para uma observação paralela ao texto. No entanto, em outros momentos, a mudança de assunto pareceu uma digressão natural da fala e não foi indicada.

3. A transcrição: fáticos, marcadores, elementos prosódicos e extralinguísticos

Na língua oral, além dos signos gestuais que acompanham as falas e explicitam seu sentido, temos os fáticos que ajudam a manter o interesse da conversação, por parte do falante ou do ouvinte e que, muitas vezes, se repetem ao longo do discurso oral, contribuindo inclusive para o seu ritmo. São os chamados *marcadores conversacionais*, na Análise da Conversação, verdadeiros bordões da frase. Presentes em todos os diálogos e entrevistas, são eliminados nas publicações, como, por exemplo nos jornais.

Nas transcrições com finalidade de pesquisa, eles são mantidos e constituem um “ruído” permanente na mensagem que diferencia o texto oral do escrito. Por outro lado, o gesto possibilita ao falante a economia de palavras e muitas informações são simplesmente abreviadas para o ouvinte, substituídas pela expressão gestual:

Figuram na transcrição do oral elementos que na escrita teriam sido corrigidos, deslocados ou simplesmente eliminados e ‘faltam’ formas lexicais que a escrita não teria dispensado e que a língua falada ‘economiza’, usando a entonação ou o gesto que, no contexto da interlocução, são bastantes para exprimir

uma relação lógica, identificar uma referência extra-linguística ou mesmo transmitir uma mensagem. (Nascimento, 1987: 60)

Na transcrição das gravações do NURC/SP, procuramos reproduzir por escrito todos esses sinais frequentes na língua oral e que passam quase despercebidos pelo ouvinte. Assim, são comuns nas gravações e nas conversas do dia a dia marcadores como *né*, *então*, *daí então*, *por exemplo*, ao lado das hesitações (*éh*, *ah*, *uh*), formas comuns de os falantes conservarem o turno, pensarem antes de prosseguir sua fala.

Se a transcrição tivesse outros objetivos que não a análise linguística, talvez esses sinais pudessem ser suprimidos, como acontece na edição de entrevistas jornalísticas, em que sua presença poderia causar estranheza ao leitor:

... parte da estranheza provocada pela 'leitura do oral' é consequência do 'peso' que a transcrição linear confere a certos elementos, como por exemplo, os fáticos, que, pronunciados em geral muito rapidamente e com uma entoação neutra, são quase imperceptíveis para o auditor – mas que, uma vez escritos, suscitam por parte do leitor uma atenção equivalente a que ele dedica a qualquer outro elemento do texto. (id. p. 60)

Mas a ocorrência ostensiva desses sinais na transcrição contribui para que o pesquisador, quando lê o texto transcrito possa fixar os elementos identificadores da fala, o que pode redundar numa análise melhor dessa modalidade da língua:

Finalmente, há uma vantagem complementar para o analista transcritor, inclusive quando ele se transforma em leitor de sua própria transcrição: ela desperta sua atenção, favorecendo a percepção e a identificação da tipicidade da língua falada, em termos, por exemplo, da observação das pausas, alongamentos, etc.

tes de palavras, turnos, sobreposição de vozes, micro marcadores conversacionais, o que não acontece quando apenas se ouve, pois tais elementos passam muitas vezes despercebidos. (Urbano, 1994:1165)

Considerações finais

Alguns pontos, portanto, devem ser firmados como fundamentais para o problema da transcrição ou transcodificação do texto oral:

1. Toda transcrição é boa, desde que atenda a nossos objetivos de pesquisa;
2. Nenhuma transcrição é perfeita, pois sempre permanecerão ausentes algumas marcas típicas da oralidade (hesitações, alongamentos, variações fonéticas do falante, entonação, ênfase, truncamentos etc.) mesmo que criemos sinais para precariamente representá-las;
3. Na transcrição deve-se deixar de lado, sempre que necessário, as regras ortográficas, para que haja maior aproximação da língua oral;
4. O transcritor não pode ter ou revelar preconceitos linguísticos, em relação a seu informante, que o faça condenar ao transcrever variações naturais de linguagem. Não deve haver avaliação no processo de transcrição: as variantes devem ser respeitadas;
5. Devem ser considerados na transcrição os fáticos da linguagem falada e indicados, sempre que possível, os elementos supra-segmentais da fala.
6. A transcrição favorece o processo de análise do texto gravado e, sem ser indispensável, é uma estratégia eficiente para o pesquisador da oralidade.

Para uma visão global do método criado pelo Projeto NURC/SP para a transcodificação das gravações, consulte, no início deste livro, como no de todos os demais da coleção "Projetos Paralelos", as NORMAS PARA A TRANSCRIÇÃO.

Referências bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de (2005). A sedução nos diálogos. In: PRETI, Dino (org.) *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, p. 225-54.
- _____. (2008). A provocação no diálogo: estudo da descortesia. In: PRETI, Dino (org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, p. 89-124.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1986). *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- _____. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do et al. (1987). *Português fundamental*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- PRETI, Dino. (1987). Apresentação. In: CASTILHO, Ataliba e PRETI, Dino (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo; T. A. Queiroz: FAPESP, v. 2, p. 1-8.
- PRETI, Dino e URBANO, Hudinilson (1990). A sobreposição de vozes numa perspectiva psicocultural e interacional. In: Preti, Dino e URBANO, Hudinilson (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz: FAPESP, v. 4, p. 99-137.
- REY-DEBOVE, Josette (1996). A procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina (org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática.
- URBANO, Hudinilson (1994). Transcrição e escrita. In: *Anais do IX Congresso da ANPOLL*. Caxambu, v. 2, p. 1164-69.

LIVRARIA HUMANITAS/DISCURSO
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária
05508-010 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: (11) 3091-3728 / Telefax: (11) 3091-3796
e-mail: livrariahumanitas@usp.br

HUMANITAS – DISTRIBUIÇÃO
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária
05508-010 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: (11) 3814-5383 / Telefax: (11) 3034-2733
e-mail: humanitas.disc@usp.br
<http://www.editorahumanitas.com.br>

FICHA TÉCNICA

Mancha 10,5 x 18,5 cm
Formato 14 x 21 cm
Tipologia Goudy Old Style
Papel miolo: off-set 75g/m²
capa: supremo 250 g/m²
Impressão e acabamento Nova Letra
Número de páginas 318
Tiragem 500 exemplares